



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0930266-62.2012.8.26.0506**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Pagamento em Consignação**  
 Requerente: **Lucidalva Aparecida Silva Vitorino**  
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

LUCIDALVA APARECIDA SILVA VITORINO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de Banco Itaucard S/A, também qualificado, alegando ter firmado com o réu um contrato de financiamento de nº 452745539-1 no valor de R\$ 28.000,00 para pagamento em parcelas que se venceriam desde 17 de fevereiro de 2011 até 17 de janeiro de 2016, no valor de R\$ 784,07 cada uma, reclamando a aplicação da tabela price que importaria em capitalização dos juros e em afronta à Súmula 121 do Supremo Tribunal Federal e também à Lei de Usura (*Decreto nº 22.626/1933*), aduzindo tenha havido ofensa ao Código de Defesa do Consumidor uma vez que não teria sido dado pleno conhecimento da taxa de juros indicada no contrato e não teria havido pacto para sua capitalização, passando a discorrer sobre a inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, reclamando mais que o banco réu teria se utilizado de uma nota promissória em branco como garantia do contrato, não se podendo daí pretender a rescisão antecipada do negócio, por abusiva, passando a apontar ter havido cobrança de comissão de permanência cumulada à correção monetária, bem como cobrança de tarifas de abertura de crédito, serviços de terceiro, registro de contrato e avaliação de bem, as quais entende ilegais, irregularidades que gerariam mora do credor, daí o cabimento da consignação, de modo que postula a realização do depósito do valor de R\$ 515,75 para cada prestação do contrato, e que seja acolhida a demanda para limitação dos juros a 12% ao ano, vedada sua capitalização, declarando-se a nulidade das cláusulas abusivas e condenando-se o réu à repetição do indébito, em dobro.

O banco réu contestou o pedido sustentando inépcia da inicial na medida em que não teria havido depósito do valor que entende incontroverso, na forma do art. 285-B do Código de Processo Civil, passando daí ao mérito, apontando a legalidade dos juros pactuados e a contratação de sua capitalização, conforme cláusula 3.10.3, não havendo previsão de cobrança de comissão de permanência, de modo que nenhum vício padeceria o contrato, cujas tarifas foram cobradas nos termos do regulamento do Banco Central, concluindo assim pela improcedência da ação.

A autora replicou reafirmando os termos da inicial.  
 É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito ao réu, não há necessidade de depósito do valor incontroverso para discussão de eventuais abusos ou irregularidades contratuais, de modo que fica rejeitada a preliminar.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

No mérito, vez mais declinado o devido respeito, agora à autora, não é possível admitir-se o reclamo de que teria havido capitalização dos juros, pois conforme se lê na inicial e pode ser conferido na leitura do contrato às fls. 137/142, a dívida foi contratada mediante juros *pré-fixados*, para pagamento em parcelas mensais de valor igual, circunstância em que, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe capitalização de juros*”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 <sup>1</sup>).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*”(cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 <sup>2</sup>).

Diga-se mais, ainda segundo entendimento do mesmo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não há ilegalidade alguma na aplicação da tabela *price*, a propósito do que igualmente vem decidindo o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*A Tabela Price não compreende anatocismo*”(cf. Ap. nº 0046288-44.2011.8.26.0576 - 21ª Câmara de Direito Privado TJSP - 06/06/2012 <sup>3</sup>).

O argumento de que teria havido emissão de nota promissória em branco para garantia do contrato não se sustenta, com o devido respeito, porquanto não conste de quaisquer das cláusulas do documento de fls. 137/142, e porque não há prova alguma da autora nesse sentido, de rigor rejeitar-se a tese.

A comissão de permanência não foi contratada, como pode ser constatado da leitura do contrato às já referidas fls. 137/142, de modo, não tendo a autor feito a mínima demonstração dessa cobrança, fica prejudicado o conhecimento dessa questão também.

Quanto às reclamadas tarifas, vê-se que o contrato tenha incluído cobranças das tarifas de *gravame eletrônico* (R\$ 42,11), *registro do contrato* (R\$ 50,00) e *serviços de terceiro avaliação de bens* (R\$ 194,00).

Lê-se na jurisprudência: “*Ação revisional. Procedência parcial. Contrato de financiamento. Tarifas de abertura de cadastro, de serviço de terceiros, registro de contrato e avaliação do bem. Pactuação e ausência de abuso*”(cf. Ap. nº 0005189-40.2011.8.26.0400 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/05/2012 <sup>4</sup>).

Logo, também aqui é de se concluir não tenha havido ilegalidade alguma.

Quanto à limitação dos juros a 12% ao ano, cabe lembrar que “*A Súmula Vinculante nº 07, em dezembro de 2008, decidiu definitivamente a questão, não sendo mais cabível, portanto, qualquer discussão sobre eventual limitação legal para os juros a serem cobrados pelo banco*”, e não obstante referida Súmula tenha sido editada em data posterior à data do contrato em análise, “*tem inteira aplicação, ante o fato de que não possui a mesma natureza que a “Lei”, sendo inaplicável à Súmula, o princípio da irretroatividade*”(cf. Ap. nº 9083073-38.2005.8.26.0000 - 24ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/05/2011 <sup>5</sup>).

A propósito, é o seguinte, o teor da referida Súmula: “*a norma do §3º do artigo 192 da constituição, revogada pela emenda constitucional nº 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicação condicionada à edição de lei complementar*”.

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>2</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>4</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>5</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

judiciária gratuita a ele concedida.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

P. R. I.

São Carlos, 11 de dezembro de 2014.

**VILSON PALARO JÚNIOR**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**